

**COMITÊ FISCAL**

**PAUTA DE ASSUNTOS – MARÇO 2022**

<b>ICMS</b> .....	<b>2</b>
<b>LEGISLAÇÃO</b> .....	<b>2</b>
<b>JURISPRUDÊNCIA</b> .....	<b>4</b>
<b>ISS</b> .....	<b>5</b>
<b>LEGISLAÇÃO</b> .....	<b>5</b>
<b>JURISPRUDÊNCIA</b> .....	<b>5</b>
<b>IPI</b> .....	<b>6</b>
<b>LEGISLAÇÃO</b> .....	<b>6</b>
<b>IR E CSLL</b> .....	<b>7</b>
<b>LEGISLAÇÃO</b> .....	<b>7</b>
<b>JURISPRUDÊNCIA</b> .....	<b>7</b>
<b>PIS E COFINS</b> .....	<b>9</b>
<b>JURISPRUDÊNCIA</b> .....	<b>9</b>
<b>DIVERSOS</b> .....	<b>10</b>
<b>LEGISLAÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>JURISPRUDÊNCIA</b> .....	<b>10</b>

**ICMS**

**LEGISLAÇÃO**

1. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DERIVADOS DE PETRÓLEO – MVA – EXTENSÃO DA VIGÊNCIA DOS VALORES EM VIGOR NO DIA 1º DE NOVEMBRO DE 2021
  - **Convênio ICMS nº 15, de 24 de março de 2022 (DOU 25.03.22)**
  
2. EFD – ALTERAÇÃO DO MANUAL DE ORIENTAÇÃO E GUIA PRÁTICO
  - **Ato COTEPE nº 21, de 18 de março de 2022 (DOU 28.03.22)**
  - **Publicação da Nota Técnica EFD ICMS/IPI 2022.001 Versão 1.0**
  
3. NF-E – MANIFESTAÇÃO DO DESTINATÁRIO - NOVOS PRAZOS DE HOMOLOGAÇÃO E PRODUÇÃO PARA AS ALTERAÇÕES DIVULGADAS NA VERSÃO 1.10
  - **Publicação da Nota Técnica 2020.001 Versão 1.20**
  
4. NF-E E NFC-E – ATUALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DE REGRAS DE VALIDAÇÃO - DIVULGAÇÃO
  - **Publicação da Nota Técnica 2021.004 Versão 1.20**
  
5. NF-E – ADEQUAÇÕES PARA A NOTA FISCAL FÁCIL (NFF)
  - **Publicação da Nota Técnica 2021.002 Versão 1.11**
  
6. CT-E – ALTERAÇÕES NO EVENTO “PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EM DESACORDO”, INCLUSÃO DA TAG “CRT EMITENTE”, NOVO TIPO DE AUTORIZADOR PARA SITE ALTERNATIVO, E NOVA VALIDAÇÃO DE CFOP
  - **Publicação da Nota Técnica 2022.001 Versão 1.00**
  
7. WEB SERVICE DE DISTRIBUIÇÃO DE DF-E DE INTERESSE DOS ATORES DA NF-E (PF OU PJ)
  - **Publicação da Nota Técnica 2014.002 Versão 1.12**
  
8. MG – NOVA TIPI – RECLASSIFICAÇÕES, AGRUPAMENTOS E DESDOBRAMENTOS QUE NÃO IMPLICAM MUDANÇAS QUANTO AO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO
  - **Comunicado SUTRI nº 2, de 30 de março de 2022 (DOE-MG 31.03.22)**
  
9. RS – DIFAL – OPERAÇÕES DESTINADAS A NÃO-CONTRIBUENTES – APLICAÇÃO - PRAZO
  - **Decreto nº 56.432, de 25 de março de 2022 (DOE-RS 29.03.22)**

10. SP – DIFAL – ADEQUAÇÕES À LEI COMPLEMENTAR Nº 190/2022 E À LEI ESTADUAL Nº 17.470/2021– OPERAÇÕES INTERESTADUAIS DESTINADAS A CONTRIBUENTES E NÃO CONTRIBUENTES –ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/SP
  - **Decreto nº 66.559, de 11 de março de 2022 (DOE-SP 12.03.22)**
  
11. SP - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL - BASE DE CÁLCULO E IVA
  - **Portaria SRE nº 08, de 02 de março de 2022 (DOE-SP 03.03.22)**
  - **Portaria SRE nº 12, de 09 de março de 2022 (DOE-SP 10.03.22)**
  
12. SP – OPERAÇÕES COM ENERGIA ELÉTRICA (ART. 425 E SEQUINTE DO RICMS/SP) – DISCIPLINA DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS
  - **Portaria SRE nº 14, de 11 de março de 2022 (DOE-SP 12.03.22)**
  
13. SP – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO – EXCLUSÃO DE ITENS
  - **Portaria SRE nº 18, de 29 de março de 2022 (DOE-SP 30.03.22)**
  
14. SP – DIFAL – CONSUMIDOR FINAL NÃO CONTRIBUINTE – RECOLHIMENTO - DISPOSIÇÕES
  - **Portaria SRE nº 21, de 31 de março de 2022 (DOE-SP 01.04.22)**
  
15. SP – DIFAL E FECOEP – CÓDIGOS DE RECEITA - ALTERAÇÕES
  - **Portaria SRE nº 24, de 31 de março de 2022 (DOE-SP 01.04.22)**
  - **Portaria SRE nº 25, de 31 de março de 2022 (DOE-SP 01.04.22)**
  
16. SP – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM MATERIAIS ELÉTRICOS – BASE DE CÁLCULO NO PERÍODO ENTRE 01.04.2022 A 31.12.2024
  - **Portaria SRE nº 26, de 31 de março de 2022 (DOE-SP 01.04.22)**
  
17. SP – CRÉDITO OUTORGADO - PROGRAMA DE AÇÃO CULTURAL (PAC) E NO PROGRAMA DE INCENTIVO AO ESPORTE (PIE) – INÍCIO DO PRAZO PARA DESTINAÇÃO DE RECURSOS
  - **Resolução SFP nº 11, de 04 de março de 2022 (DOE-SP 05.03.22)**
  
18. SP – PROATIVO – ABERTURA DA 2ª RODADA DE AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITO ACUMULADO
  - **Resolução SFP nº 12, de 11 de março de 2022 (DOE-SP 12.03.22)**
  - **Portaria SRE nº 15, de 14 de março de 2022 (DOE-SP 15.03.22)**

**JURISPRUDÊNCIA**

- 19. BAHIA, PERNAMBUCO, CEARÁ, SÃO PAULO, MARANHÃO, SERGIPE E GOIÁS – POSSIBILIDADE DE COBRANÇA DE DIFAL JÁ EM 2022**
  - **Precedente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Pernambuco, Ceará, São Paulo, Maranhão, Sergipe e Goiás**
  
- 20. TRANSFERÊNCIA DE MERCADORIAS ENTRE ESTABELECIMENTOS DO MESMO CONTRIBUINTE - INCONSTITUCIONALIDADE**
  - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
  
- 21. SÃO PAULO – AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA ZONA FRANCA DE MANAUS – APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS DE ICMS – FALTA DE CONCESSÃO DOS CRÉDITOS PELO CONFAZ – IMPOSSIBILIDADE**
  - **Precedente da Câmara Superior do Tribunal de Impostos e Taxas**

**ISS**

**LEGISLAÇÃO**

1. DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DAS SOCIEDADES UNIPROFISSIONAIS (D-SUP) - EXERCÍCIO DE 2022 – PRAZO PARA ENTREGA
  - **Portaria SF/SUREM nº 15, de 14 de março de 2022 (DOM-SP 15.03.22)**

**JURISPRUDÊNCIA**

2. INSERÇÃO DE TEXTOS, DESENHOS E OUTROS MATERIAIS DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE EM QUALQUER MEIO, EXCETO EM LIVROS, JORNAIS, PERIÓDICOS E NAS MODALIDADES DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO SONORA E DE SONS E IMAGENS DE RECEPÇÃO LIVRE E GRATUITA – INCIDÊNCIA - CONSTITUCIONALIDADE DO ITEM 17.25 DA LISTA ANEXA À LEI COMPLEMENTAR Nº 116/2003
  - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

**IPI**

**LEGISLAÇÃO**

1. NOVA TIPI – PRORROGAÇÃO DE INÍCIO DE VIGÊNCIA PARA 01.05.2022
  - **Decreto nº 11.021, de 31 de março de 2022 (DOU 31.03.22 ed. extra)**
  
2. IPI - ADEQUAÇÃO DA TIPI (APROVADA PELO DECRETO Nº 8.950/2016) ÀS ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA NOMENCLATURA COMUM DO MERCOSUL (NCM)
  - **Ato Declaratório Executivo RFB nº 02, de 01 de abril de 2022 (DOU 01.04.22)**

**IR E CSLL**

**LEGISLAÇÃO**

1. IRRF E FGTS SOBRE RENDIMENTOS DE TRABALHO ASSALARIADO – PRAZO DE RECOLHIMENTO ALTERADO
  - **Medida Provisória nº 1.107, de 17 de março de 2022 (DOU 18.03.22)**
  
2. IRRF – ISENÇÃO DE GANHO DE CAPITAL NA VENDA DE IMÓVEIS – VENDA COM OBJETIVO DE QUITAR DÉBITO DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEL JÁ POSSUÍDO
  - **Instrução Normativa RFB nº 2.070, de 16 de março de 2022 (DOU 17.03.22)**
  
3. ILEGALIDADE DA TRIBUTAÇÃO DA VARIAÇÃO POSITIVA APRESENTADA PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL NAQUILO QUE EXCEDER O LUCRO DA SOCIEDADE INVESTIDA – AUTORIZAÇÃO PARA ENCERRAMENTO DAS DISCUSSÕES – APROVAÇÃO DE PARECER DA PGFN
  - **Parecer SEI 8.398/2021/ME**
  - **Despacho PGFN nº 77, de 25 de fevereiro de 2022 (DOU 03.03.22)**

**JURISPRUDÊNCIA**

4. CRÉDITOS DO REINTEGRA – INCIDÊNCIA
  - **Precedente da Superior Tribunal de Justiça**
  
5. INCENTIVOS FISCAIS CONCEDIDOS POR ESTADOS – NÃO INCIDÊNCIA
  - **Precedente da Superior Tribunal de Justiça**
  
6. CRÉDITO PRESUMIDO DE ICMS – NÃO INCIDÊNCIA
  - **Precedente da Justiça Federal de Piracicaba**
  
7. INVESTIMENTOS EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NO SETOR ELÉTRICO – CONSTITUIÇÃO DE PASSIVO, CALCULADO COM BASE NA RECEITA - NÃO CARACTERIZAÇÃO COMO PROVISÃO
  - **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
  
8. SALDO NEGATIVO ANO-CALENDÁRIO 1999 – INÍCIO DO PRAZO PARA RESTITUIÇÃO COM A ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

9. PREJUÍZO FISCAL E BASE DE CÁLCULO NEGATIVA – ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES – INOBSERVÂNCIA DO LIMITE DE 30% - POSSIBILIDADE
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
  
10. FASE PRÉ-OPERACIONAL – RECEITAS FINANCEIRAS – TRIBUTAÇÃO APENAS QUANDO HOVER SALDO POSITIVO APÓS CONFRONTO COM AS DESPESAS FINANCEIRAS
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
  
11. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO – PERÍODO DE COMPETÊNCIA É AQUELE EM HÁ A DELIBERAÇÃO PELA DISTRIBUIÇÃO – VALORES EXISTENTES EM PERÍODOS PRETÉRITOS - POSSIBILIDADE
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**



**PIS E COFINS**

**JURISPRUDÊNCIA**

1. AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ISENTOS – APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS SOBRE O VALOR DO FRETE – POSSIBILIDADE
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
  
2. FRETE DE PRODUTOS ACABADOS ENTRE ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA – IMPOSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS – CRÉDITO EXTEMPORÂNEO – DESNECESSIDADE DE RETIFICAÇÃO DO DACON
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
  
3. TAXAS DE CARTÃO DE CRÉDITO – INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES
  - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
  
4. GASTOS COM RASTREAMENTO VIA SATÉLITE - POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
  
5. DESPESAS COM TRANSPORTE DE PRODUTOS ACABADOS, SERVIÇOS DE OPERAÇÃO PORTUÁRIA E LOCAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR SEM MOTORISTA – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

**DIVERSOS**

**LEGISLAÇÃO**

1. IOF/CÂMBIO – INGRESSO DE RECURSOS REFERENTE A EMPRÉSTIMOS EXTERNOS – ALÍQUOTA ZERO
  - **Decreto nº 10.997, de 15 de março de 2022 (DOU 16.03.22)**
2. FALTA DE APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO – INEXISTÊNCIA DE LANÇAMENTO DE OFÍCIO – NEGATIVA DE CND – IMPOSSIBILIDADE – DISPENSA DE RECORRER
  - **Parecer PGFN/CRJ/COJUD SEI nº 649/2022/ME**
  - **Despacho PGFN nº 76, de 25 de fevereiro de 2022 (DOU 03.03.22)**

**JURISPRUDÊNCIA**

3. ITCMD – FATO GERADOR OCORRIDO NO EXTERIOR – NECESSIDADE DE LEI COMPLEMENTAR – MODULAÇÃO DE EFEITOS A PARTIR DE 20 DE ABRIL DE 2021
  - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
4. PAGAMENTO EM ATRASO – IMPUTAÇÃO PROPORCIONAL – POSSIBILIDADE
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
5. QUITAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO POR PAGAMENTO – IMPOSSIBILIDADE DE RETIFICAÇÃO POSTERIOR DE DCTF COM O OBJETIVO DE ALTERAR A FORMA DE QUITAÇÃO E POSSIBILITAR A CONSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO INDEVIDO
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
6. COMPENSAÇÃO DE OFÍCIO DE DÉBITO PARCELADO – IMPOSSIBILIDADE
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
7. ITBI – BASE DE CÁLCULO CORRESPONDENTE AO VALOR DE MERCADO EM CONDIÇÕES NEGOCIAIS NORMAIS – IMPOSSIBILIDADE DE DEFINIÇÃO PRÉVIA, PELO MUNICÍPIO DE VALOR DE REFERÊNCIA
  - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
8. AUTO DE INFRAÇÃO – FALHA NA IDENTIFICAÇÃO DO PERÍODO DE OCORRÊNCIA DA INFRAÇÃO – NULIDADE
  - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
9. ERRO NO LANÇAMENTO – IMPOSSIBILIDADE DE CORREÇÃO PELA AUTORIDADE JULGADORA – ANULAÇÃO

- **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 10. TÉRMINO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO – REPRESENTAÇÃO FISCAL PARA FINS PENAIIS – POSSIBILIDADE**
- **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
- 11. RIO DE JANEIRO – ITCMD – COBRANÇA SOBRE HERANÇAS E DOAÇÕES NO EXTERIOR - INCONSTITUCIONALIDADE**
- **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
- 12. ALIENAÇÃO DE VEÍCULO APÓS A INSCRIÇÃO DO DÉBITO EM DÍVIDA ATIVA – CONFIGURAÇÃO DE FRAUDE À EXECUÇÃO**
- **Precedente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região**
- 13. BEM IMPORTADO E REMETIDO AO EXTERIOR PARA REPAROS – RETORNO – IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE MULTA PELA FALTA DE APRESENTAÇÃO DE LICENÇA DE IMPORTAÇÃO**
- **Precedente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região**
- 14. PROCESSO ADMINISTRATIVO – DUAS INTIMAÇÕES VÁLIDAS – CONTAGEM A PARTIR DA SEGUNDA**
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 15. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – FAZENDA PÚBLICA – IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DA EQUIDADE – OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ARTIGO 85 DO CPC**
- **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
- 16. ÁGIO INTERNO – MULTA QUALIFICADA – IMPOSSIBILIDADE – NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA EXISTÊNCIA DO DOLO**
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 17. ERRO NA SUJEIÇÃO PASSIVA NA AUTUAÇÃO – ERRO JUSTIFICÁVEL – INFRAÇÃO EFETIVAMENTE OCORRIDA – ERRO MERAMENTE FORMAL – POSSIBILIDADE DE NOVA AUTUAÇÃO**
- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
- 18. IMPORTAÇÃO POR ENCOMENDA – HABILITAÇÃO NA MODALIDADE LIMITADA – LIMITE APLICÁVEL AO ENCOMENDANTE E AO IMPORTADOR**
- **Solução de Consulta nº 3, de 24 de janeiro de 2022 (DOU 25.03.22)**

**19. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – DIFERENCIAÇÃO ENTRE CESSÃO DE MÃO-DE-OBRA, TERCEIRIZAÇÃO E EMPREITADA PARA FINS DE RETENÇÃO**

- **Solução de Consulta nº 8, de 14 de março de 2022 (DOU 23.03.22)**